

Sessão Extraordinária de 26-10-2015
Ponto 1

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

APROVAÇÃO EM MINUTA**FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA RESPEITANTE AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) DO ANO DE 2015 A LIQUIDAR NO ANO DE 2016**

Presente certidão de teor n.º 64/2015/DAM referente à seguinte deliberação camarária de 15 de outubro de 2015:

"Nos termos do disposto na alínea a) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, diploma que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o produto da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), constitui receita dos municípios.

Conforme estipulado na alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal fixar anualmente o valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, mediante proposta da Câmara Municipal, conforme disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma legal.

Considerando que nos termos do n.º 5 do art.º 112 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, de ora em diante designado por CIMI, na sua redação atual, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano aos prédios urbanos, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo.

Considerando que a deliberação que fixa as taxas do IMI deve ser comunicada à Direção Geral dos Impostos, por transmissão eletrónica de dados, até ao dia 30 de novembro de 2015, atento o disposto no n.º 14 do art.º 112.º do CIMI;

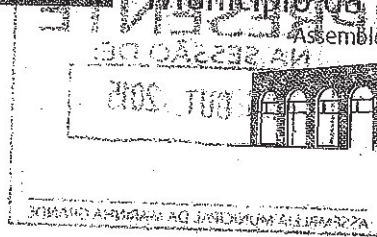
Considerando que o intervalo preceituado na alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI, para os prédios urbanos, varia de 0,3 % a 0,5 %;

Considerando os investimentos em curso e que se perspetivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infra-estruturas de redes municipais e requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2016.

Considerando a atual conjuntura económica e social do país e todo o esforço que está a ser requerido à população em geral e em especial aos municípios do concelho da Marinha Grande.

Considerando o exposto, a Câmara Municipal delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para os prédios urbanos em 0,3%, respeitante ao ano de 2015 a liquidar no ano de 2016, para que o órgão deliberativo fixe as mesmas nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25 do mesmo diploma legal, atenta a necessidade da sua comunicação à Direção Geral dos Impostos, até 30 de novembro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. "



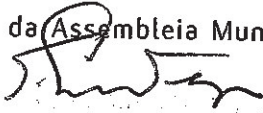
Depois de discutido o assunto supra referido e verificando-se que se encontra de acordo com a legislação em vigor, a Assembleia Municipal da Marinha Grande, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, FIXA A TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA OS PRÉDIOS URBANOS EM 0,3%, RESPEITANTE AO ANO DE 2015 A LIQUIDAR NO ANO DE 2016.

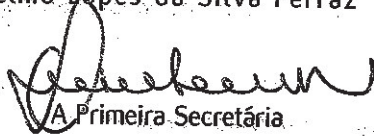
Esta deliberação foi tomada por Unanidade, com 23 votos a favor, — votos contra e — abstenções.

Nos termos regimentais e dos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º do RJAL, procedeu-se à sua aprovação em minuta por Unanidade, com — votos a favor, — votos contra e — abstenções.

Marinha Grande, 26 de outubro de 2015

O Presidente da Assembleia Municipal


Telmo Lopes da Silva Ferraz


A Primeira Secretária


Ana Pereira

A Segunda Secretária

